



FES: Transições, vias de desenvolvimento e questões territoriais: uma abordagem a partir de Antonio Gramsci

Marcos Aurélio da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
maurelio@cfh.ufsc.br

FES: Transições, vias de desenvolvimento e questões territoriais: uma abordagem a partir de Antonio Gramsci (Resumo)

Os estudos geográficos e/ou sócio-históricos que se ocupam da categoria de formação econômica e social (FES) como forma de fazer avançar as pesquisas em torno das questões territoriais tem revelado certa carência em termos conceituais. Guiado pelo tema das especificidades geográficas, certamente inerente ao uso desta categoria, o esforço para a sua valorização teórica tem, todavia, se inclinado a uma absorção acrítica de teorias que não correspondem ao corpo epistemológico que a forjou, a saber, o materialismo histórico. As análises de Antonio Gramsci, calcadas ao mesmo tempo na apreensão da universalidade e particularidade do processo histórico sugerem ser um caminho de grande fertilidade para a superação deste problema, que não é apenas teórico, mas simultaneamente político, vale dizer, ligado às formas de desenvolvimento e aos processos de transição civilizacional.

Palavras chave: Gramsci, formação econômica e social, questões territoriais.

ESF: Transitions, paths of development and territorial issues: an approach as from Antonio Gramsci (Abstract)

Geographical and/or socio-historical studies dealing with the topic of economic and social formation (ESF) to advance research around territorial issues have revealed a certain shortage in conceptual terms. Guided by the theme of geographical specificities certainly inherent to the use of this category, the effort to its theoretical exploitation has, however, tended to an uncritical absorption of theories that do not correspond to the epistemological body that forged them, namely, the historical materialism. The analyses of Antonio Gramsci, based simultaneously on the understanding of the universality and particularity of the historical process appear to be a fruitful way to overcoming this problem, which is not only theoretical, but at the same time political, that is, linked to forms of development and civilizational transition processes.

Keywords: Gramsci, economic and social formation, territorial issues.

O esforço intelectual que busca conferir uma dimensão mais substantiva, teórica mesmo, aos usos que a ciência geográfica — e por extensão todas as ciências sócio-históricas que se ocupam das questões territoriais ou espaciais — faz da categoria de formação econômica e social (FES)¹ é uma iniciativa que deve ser saudada por todos que buscam uma ciência verdadeiramente crítica². Já Milton Santos havia insistido que “toda teoria é sinônimo de teoria revolucionária”³, ao passo que o puro “empirismo” se presta “a um objetivo ideológico das classes dominantes”⁴. Com efeito, após tantos progressos das relações entre a ciência geográfica e o materialismo histórico, berço da categoria acima referida, não é sem certo desalento que hoje se pode falar de uma fragilização teórica e por consequência crítica desta disciplina. E não é sem razão dizer que isto é um efeito direto da hegemonia da cultura pós-moderna em diferentes ambientes intelectuais, uma cultura que, sob o argumento da inatualidade das “grandes narrativas emancipatórias”, já não se ocupa em promover a liberdade e a consciência dos homens, como fez notar a crítica de Edward Said à filosofia esposada por Jean-François Lyotard⁵. E é o mesmo Said que nos faz ver as negligências a que esta cultura incorre quanto à dura realidade dos governos que continuam “a exercitar um poder tirânico”, da justiça que segue “gravemente violada”, e, ainda mais, “do poder que segue a cooptar e recrutar os intelectuais” para que esqueçam a sua vocação crítica e necessariamente política⁶.

O que acima dissemos dá conta da opção teórica e metodológica seguida por este artigo: buscar apoio teórico para uma abordagem substantiva da categoria de formação econômica e social em Geografia e nas ciências territoriais — ou para a apreensão do “proceso de formación paralelo de una sociedad y de un espacio históricamente determinados”⁷ — a partir das formulações do marxista italiano Antonio Gramsci, uma linha de investigação já sugerida por Armen Mamigonian⁸. A rigor, o método de perseguir esta estrutura teórica em Gramsci — e secundariamente em outros marxistas que se ocuparam de processos centrais ao pensamento deste autor e à categoria de análise que aqui nos interessa — tem mesmo o objetivo, em um debate que podemos chamar *in progress*, de superar a crescente falta de rigor filológico nesse campo de estudo. Como o definiu o próprio Gramsci, aquela falta de rigor metodológico que consiste em solicitar aos textos mais do que eles podem dar, mas também no que diz respeito à reconstrução do passado e — eis aqui um ponto que queremos destacar — mesmo quanto à recuperação do pensamento de um autor⁹. Uma operação não destituída de implicações políticas.

No que respeita ao último problema, um exemplo será aqui suficiente. O recurso a Heidegger como forma de apreender as relações dialéticas entre espaço e tempo¹⁰ revela-se uma operação a toda prova filologicamente inadequada se se está tratando de uma categoria que tem suas origens e toda sua evolução no interior do pensamento marxista. Como se vê pelo balanço realizado por N. Simoni¹¹, a categoria de formação econômica e social remete em

¹ Silveira, 2014.

² Este artigo é parte dos resultados de um estágio de pós-doutorado em Filosofia política realizado no ano de 2015 na Università degli Studi di Urbino (Itália) com o apoio financeiro do CNPq.

³ Santos, 2008a, p. 195.

⁴ Id. Ib., p. 106.

⁵ Said, 2014, p. 32.

⁶ Id. Ib., p. 32 e 35.

⁷ Silveira, 2014, p. 153.

⁸ Mamigonian, 1996.

⁹ De Lutiis, 2009, p. 303.

¹⁰ Silveira, 2014, p. 156.

¹¹ Simoni, 2006.

primeiro lugar a Marx e Lenin, com o último dos autores especialmente ocupado em teorizar as tendências revolucionárias presentes na Rússia czarista do início do século XX. Após esse primeiro período, ganha um impulso decisivo nos ambientes científicos e intelectuais do marxismo italiano do pós Segunda Guerra — através de um artigo do filósofo Cesare Luporini publicado na *Rinascita*, revista de elaboração teórica do PCI — e notadamente da década de 1970 — com o debate entre Emilio Sereni e Cesare Luporini —, aos quais irão se somar diferentes intelectuais da esquerda marxista francesa. E é também em contato com este ambiente intelectual — claramente influenciado pela crescente difusão dos textos carcerários de Gramsci, vale registrar¹² —, consoante ao contexto da dura realidade do exílio e da necessidade de posicionamento político imposta a tantos intelectuais brasileiros nos anos da ditadura de 1964-85, que esta categoria ira conhecer, através dos auspiciosos esforços que então realizou Milton Santos, suas mais férteis reflexões no âmbito da ciência geográfica¹³.

Ora, em todos estes autores o mote fundamental é o de pôr em relação ciência sócio-histórica e transformação emancipatória do mundo social. Já Heidegger, a quem mesmo Milton Santos permitiu-se fazer concessões nos últimos escritos¹⁴, põe-se peremptoriamente não apenas em sentido teórico no campo da reação, formulando um pensamento filosófico cuja noção de historicidade — e espacialidade, acrescentaríamos —, uma vez apegada ao *pathos* da historicidade irreduzível e peculiar de cada país, é absolutamente avessa à ideia do homem universal forjada nas mais importantes revoluções do mundo moderno¹⁵. Seu pensamento é ainda aquele que se engaja no antissemitismo da Alemanha hitlerista, que se não tem nada de biológico, como nas formulações do próprio Hitler e dos setores mais radicais do terceiro Reich — ponto de honra dos discípulos, diga-se —, a toda prova se associa à ferrenha campanha nazista, de corte claramente colonialista, contra a Revolução de Outubro e as conquistas associadas ao mundo moderno por ela encarnadas: a fé na razão, os valores humanitários e pacifistas, os direitos do homem¹⁶. Não por acaso, nos dias que correm Heidegger, tanto quanto Nietzsche, a quem seguia na crítica das revoluções socialistas, terminou por se transformar em um profeta do pensamento pós-moderno, cujo principal atributo é justamente a deslegitimação do pensamento dialético que se reporta a Hegel e Marx¹⁷. Com efeito, o esforço de aprimoramento teórico da categoria de FES exige que lancemos nossos olhos sobre outra linha evolutiva do pensamento social.

FES, território, Estados-Nações: de Hegel a Gramsci

É preciso não esquecer a advertência de que a categoria de formação econômica e social, no seu âmago mesmo, é uma categoria que se debruça sobre “o problema das transições e das crises”, a rigor, o grande tema do materialismo histórico¹⁸. A dimensão imanentemente territorial assente nesta categoria, notadamente quando demarcada geograficamente como Estados-Nações¹⁹, repousa, nos parece, justamente nesta advertência, uma espécie de chave interpretativa capaz de pôr em relação dialética histórica e espaço geográfico. E eis aqui o

¹² É justamente entre os anos de 1976 e 1977 que se registra o apogeu da difusão e da incidência da obra de Gramsci na Itália. Ver Liguori, 2012, p. 251.

¹³ Santos, 1977 e 2008a.

¹⁴ Deve-se observar, todavia, que o geógrafo brasileiro fala em “reinterpretar” Heidegger. Ver Santos, 2008b, p. 93. Que esta seja uma operação possível é algo que hesitamos subscrever.

¹⁵ Losurdo, 2001.

¹⁶ Azzarà, 2015.

¹⁷ Id. Ib.

¹⁸ Santos, 1977, p. 85.

¹⁹ Santos, 2008a.

grande interesse por Gramsci. Sua noção de tempo ou historicidade alveja as concepções liberais — como aquela de Benedetto Croce — que buscam “domesticar a história”, supondo “mecanicamente que a tese deve ser conservada para não destruir o processo”, que por sua vez aparece como já “previsto”, como uma “repetição ao infinito, mecânica, arbitrariamente pré-fixada”²⁰; a mesma linha de argumentação, diga-se, utilizada para criticar, sob a inspiração de Engles, o marxismo de Bukarin, que “dá a impressão de ter toda a história no bolso”²¹. Por outro lado, também é forte em Gramsci a ideia de que os processos de transição encerram necessariamente períodos longos de tempo, valendo lembrar, a esse respeito, a periodização que estabeleceu para a Revolução Francesa, transcorrida durante “oitenta anos de transformações”²². Ora, isso está igualmente relacionado ao caráter complexo das formações que seguem o caminho de uma maior ocidentalização (veremos mais adiante), mas também e até principalmente — e na contramão tanto da corrente de Trotsky quanto da II Internacional — à maior atenção dada à “importância da questão nacional” — vale dizer territorial — na análise dos processos históricos revolucionários²³.

Hegel e a realidade em sentido forte (Wirklichkeit)

Certamente essa noção gramsciana de historicidade tem fortes relações com a abordagem marxiana, notadamente aquela da Contribuição à Crítica da Economia Política²⁴, profundamente tributária das formulações que Marx foi buscar na filosofia da história hegeliana, ela mesma de forte sentido geográfico. Como o disse Chatelet, em um artigo do qual também Milton Santos²⁵ se serviu para fazer avançar estas discussões em nossa disciplina, para Hegel a Geografia

“como tal pertence à história, isto é, a esta odisséia, a este vir-a-ser dramático dos povos ao longo do qual cada um dentre eles, encarnando, na sua civilização material, na sua legislação, nas suas estruturas espirituais, uma figura do Espírito, constitui no seu tempo uma etapa no percurso da humanidade, em busca de sua completa realização”²⁶.

A Geografia seria o elemento de base “desta fenomenologia plenamente cumprida, totalmente racional, que é a história dos povos, das nações, dos Estados”, o que equivale dizer que ela é totalmente fenomenológica e descritiva, mas não num sentido banal, e sim como “total percepção da essência” — percepção no sentido forte, implicando em “técnicas, em relações entre indivíduos, em imaginário”²⁷.

Para apreender a acepção mais precisa dessa noção de “sentido forte” que demarca a fenomenologia de Hegel, e mesmo todo o arcabouço conceitual a ela associado, tomemos aqui o que escreveu Domenico Losurdo. Partindo do contexto histórico do filósofo prussiano — rigorosamente, a necessidade de fazer valer as conquistas da Revolução Francesa na Prússia — para definir os princípios que governam este “vir-a-ser dramático” — fundamentalmente as relações entre o real e o racional —, o autor italiano lembra que, em Hegel, a realidade em sentido forte — a *Wirklichkeit* —, não se iguala à imediatez empírica: ela “não é o positivo

²⁰ Gramsci, 1977, p. 1221.

²¹ Id. Ib., p. 1428.

²² Id. Ib., p. 1582.

²³ Losurdo, 2006, p. 161-2.

²⁴ Marx, 1983.

²⁵ Santos, 2008a.

²⁶ Chatelet, 1989, p. 47.

²⁷ Id. Ib.

imediatamente existente”²⁸. E é justamente a esta imediatez que se apegam os conservadores na Dieta (Assembleia) ao tempo de Frederico Guilherme III — para rejeitar a nova constituição e, nas palavras do próprio Hegel, para que “o presente se transforme em passado, e a realidade em irrealidade”²⁹. Dito de outro modo, para estes setores, fundamentalmente representados pelo localismo feudal, já que “não corresponde às exigências mais profundas do espírito do tempo, a realidade em sentido forte” necessariamente “se reduz à existência empírica”³⁰.

Mas do quê trata exatamente o espírito do tempo? Ora, ele não é outra coisa senão, explica Losurdo, a realização da liberdade objetiva ou real, consagrada nos ideais de liberdade e igualdade vitoriosos em 1789: a liberdade da propriedade (e, para Hegel, principalmente da propriedade da própria pessoa), a liberdade dos ofícios, o livre acesso de todos aos cargos públicos. E eis a “total percepção da essência” que é a Geografia de Hegel, implicada em técnicas, relações entre indivíduos... Ao fim e ao cabo, essencialmente apegada ao “fim de toda iliberdade do vínculo feudal”³¹.

Gramsci: Wirklichkeit e a crítica do culto naturalista do território

Fim de toda iliberdade. Eis um processo que certamente não pode ser pensado sem uma clara dimensão territorial. Afinal, ao lado da igualdade jurídica entre nobres e plebeus, da liberdade de expressão e consciência, do Estado como fonte e origem de todos os direitos, a Revolução de 1789 pôs também o mais enriquecedor do “catálogo dos direitos do homem”; saber, o “direito, fundamental, à paz”, o que significa a crítica do ideário da guerra e da dominação colonial³². Uma condição da realização, entre outras, da liberdade dos ofícios, sua decisiva democratização por toda parte e, logo, da superação de uma perversa divisão internacional/territorial do trabalho. Um processo que, com seus avanços e recuos — o sabia o Marx antes citado, nos recorda Losurdo³³ —, não encontra solução em um ano ou uma década, mas a partir de uma “época” histórica³⁴; e, certamente, não opera senão como *tendência*³⁵, o que significa dizer que jamais se faz por qualquer astúcia da história³⁶, como aliás notara a crítica de Gramsci ao hegelianismo de Croce (mas também a Bukarin), embora seja preciso entender que aqui se trate já da crítica a um hegelianismo deteriorado³⁷.

E aqui chegamos a uma das noções de território que nos interessa discutir. Estamos nos referindo àquela de matriz ratzeliana que funda a geografia política clássica, entendendo o território “como área de exercício de um poder estatal, ou âmbito espacial de dominação de um Estado”³⁸. Não obstante, e se quisermos pensar a realidade em “sentido forte” de que antes falamos — noutros termos, pensar a geografia em chave hegeliana —, esta matriz não

²⁸ Losurdo, 2011, p. 93-4.

²⁹ Id. Ib.

³⁰ Id. Ib.

³¹ Id. Ib., p. 218.

³² Losurdo, 2008.

³³ Losurdo, 2006, p. 156.

³⁴ Marx, 1983, p. 25.

³⁵ Ver Santos, 1977, p. 86, que a este respeito nos remete à fina ironia de Rudner: “dizer que uma casa é *combustível* não é, evidentemente, a mesma coisa que dizer que ela está *ardendo em chamas*”.

³⁶ Moraes, 1988.

³⁷ Mesmo Gramsci, 1977, p. 1357, insiste que se deva dar atenção à “concretude histórica do pensamento hegeliano”, apoiado na “história efetiva recente” (da Revolução Francesa), uma referência que, segundo ele, chegou até Marx.

³⁸ Moraes, 2011, p. 74.

pode ser tomada senão por meio de um salto dialético. Em uma expressão cara a Hegel, por meio de uma *Aufhebung*, isto é, uma conservação/superação, ou um equilíbrio entre crítica e legitimidade, noção fortemente presente no marxismo de Gramsci³⁹. Com efeito, enquanto Ratzel assume “plenamente” a “estratégia imperial bismarckiana”⁴⁰, o comunista italiano pensa o Estado nacional a partir de uma crítica mordaz da guerra e do colonialismo, vale dizer, uma crítica mordaz “do culto naturalista do território pátrio”, “parte constitutiva do culto ao ‘sangue e ao solo’”⁴¹. Daí suas censuras a todo o “elemento de fanatismo... ideológico” que recobre a unidade nacional em seu país, a toda prova entregue a uma “concepção fetichista de unidade”, onde “a adesão orgânica das massas nacional-populares ao Estado é substituída por uma seleção de ‘voluntários’ da ‘nação’”, que é “concebida abstratamente”⁴².

Mas o que ficou escrito no parágrafo acima não quer dizer que a questão nacional em Gramsci desapareça. É justamente aqui que opera o equilíbrio entre crítica e legitimidade, como nos faz lembrar suas distinções entre cosmopolitismo e internacionalismo — feitas no contexto da discussão acerca das diferenças de tática política entre formações orientais e ocidentais e do problema do socialismo em um só país⁴³ —, para criticar Trotsky em confronto com Lenin. O primeiro, insistiu Gramsci, “que aparece como um ‘ocidentalista’, era, ao contrário, um cosmopolita, isto é, superficialmente nacional e superficialmente ocidentalista ou europeu”, enquanto Lenin figurava como “profundamente nacional e profundamente europeu”⁴⁴. De fato, como assinalou Fabio Frosini ao censurar a leitura que Peter Thomas nos oferece deste aspecto do pensamento de Gramsci — a toda prova geográfico —, trata-se de apreender conjuntamente (unir dialeticamente) o nacional e o internacional, a rigor uma forma de pôr em relação o nexos universal/particular⁴⁵.

E estaria isso em oposição à formulação de Milton Santos, aliás feita tomando como ponto de partida o mesmo contexto histórico que ocupa Gramsci — a saber, aquele da passagem do colonialismo ao imperialismo —, ele mesmo central na definição dos limites geográficos de uma formação econômica e social? Ou seja, de que as “Nações-Estado”, elas mesmas “unidade geográfica de estudo”, “são formações sócio-econômicas por excelência tanto pela necessidade e complexidade das relações exteriores quanto pelas necessidades emergentes das sociedades locais”⁴⁶. Uma formulação que a toda prova interessa ao campo da geopolítica, o qual Vidal de La Blache — empenhado na defesa do colonialismo francês, é preciso não esquecer — irá dizer tratar-se mesmo do nome da geografia humana⁴⁷. Mas não é este também o campo que o comunista sardo, como antes dissemos raciocinando em termos de uma *Aufhebung* — por óbvio igualmente presente na noção de FES acima citada... e eis por que o vocábulo *nação* é sempre declinado no plural —, se põe a sublinhar nas linhas finais do Caderno 10? E isto ao tratar, por meio de referências ao “problema complexo das relações das

³⁹ Losurdo, 2006.

⁴⁰ Moraes, 1990, p. 26.

⁴¹ Losurdo, 2006, p. 63.

⁴² Gramsci, 1977, p. 1980 e 2039. É bem clara, na formação do Estado nacional italiano, a relação entre uma “concepção fetichista de unidade” e “projeto colonial”. De fato, enquanto “o camponês meridional queria a terra”, o bloco que hegemonizava a unificação — os latifundiários meridionais e os industriais setentrionais —, construía “a miragem das terras coloniais a serem exploradas”. Ver Gramsci, *op. cit.* p. 2018. É todo o problema das revoluções passivas, como veremos adiante.

⁴³ Catone, 2009, p. 863-4.

⁴⁴ Gramsci, 1989, p. 74.

⁴⁵ Frosini, 2010.

⁴⁶ Santos, 2008a, p. 224.

⁴⁷ Pereira, 2012.

forças internas” e das “relações de forças internacionais” (“*del rapporto delle forze internazional, della posizione geopolítica del paese dato*”), das questões de hegemonia que envolviam a formação italiana⁴⁸, uma formação que, no contexto *européu*, nasce sob o estigma da condição periférica⁴⁹. E eis que aqui urge um retorno ao debate historiográfico.

Transições, vias de desenvolvimento, questões territoriais: o debate historiográfico

Dobb e Brenner: crítica do circulacionismo

No seio do materialismo histórico, o tema das transições conheceu amplo progresso a partir da obra que o historiador e economista inglês Maurice Dobb⁵⁰ publicou no imediato pós II Guerra. Uma crítica endereçada a ela por Paul Sweezy⁵¹ deu lugar a um extenso debate na década de 1950 que, pode-se dizer, confirmou largamente a abordagem de Dobb. Todavia, na década de 1970, mesmo sustentando um ponto de vista muito semelhante ao de Dobb, o historiador norte-americano Robert Brenner⁵² trouxe novos dados e conclusões ao debate, razão pela qual Ellen Wood sustentou, em um opúsculo publicado na aurora do novo milênio, que a contenda está “ainda em andamento”, restando “muito trabalho por fazer”⁵³. Na ciência geográfica é o campo da geografia histórica aquele que mais tem se aproximado deste tema, como se pode ver pelo trabalho de Robert Moraes, aplicado às discussões em torno da geografia histórica do capitalismo mundial e das vias de desenvolvimento⁵⁴.

Posto o anterior, voltemo-nos às linhas fundamentais do debate Dobb/Sweezy, recuperando brevemente os argumentos da contenda inicial e as posteriores contribuições de Brenner.

Para Maurice Dobb, o crescimento do comércio a partir do século XII, longe de demarcar a presença do capitalismo, como queria, por exemplo, a influente interpretação de Henri Pirenne — muito presente na leitura de Sweezy — significou, antes, em muitas regiões do velho continente (a Europa Mediterrânea, a região a leste do Elba), um recrudescimento das relações feudais de produção, posto o domínio das formas rentistas de acumulação. Um movimento que Engels referindo-se à Europa oriental — e por assim dizer apreendendo com precisão a espacialidade diferencial⁵⁵ de todo o processo —, já havia definido como o de uma segunda servidão. Certamente a citada expansão comercial atuou como um fator de declínio do feudalismo, na medida em que ampliava as necessidades de renda da classe dominante feudal, interessada no comércio de luxo que se avivava. Todavia, ela atuou ao lado da subenfeudação, da guerra e do banditismo, do crescimento demográfico sem ampliação das terras de cultivo até o ano 1300 e, após esse período, do declínio populacional na maior parte da Europa ocidental⁵⁶. Foi este conjunto de forças que intensificou a pressão por maiores exações sobre os produtores diretos, fato desencadeador de inúmeros conflitos de classe que, todavia, encontraram particulares soluções conforme as diferentes regiões.

⁴⁸ Gramsci, 1977, p. 1360.

⁴⁹ Vacca, 2010.

⁵⁰ Dobb, 1987.

⁵¹ Sweezy, 2004.

⁵² Brenner, 1988.

⁵³ Wood, 2001, p. 36.

⁵⁴ Moraes, 2011.

⁵⁵ Lacoste, 1989.

⁵⁶ Dobb, 1987.

Foi na Inglaterra, segundo Dobb, que a crise das rendas feudais encontrou o caminho de uma ampla transição capitalista. Já no século XIV o despovoamento dos campos que resulta dessa crise leva a uma tendência ao melhoramento da propriedade senhorial, bem como a uma redução do seu tamanho por meio do arrendamento aos camponeses. Entre os séculos XV e XVII, isso permitiu uma diferenciação social no interior da economia rural que produziu uma camada de agricultores prósperos — o “pequeno modo de produção” dos agricultores e artesãos abastados —, empregadores do trabalho assalariado de seus vizinhos pobres⁵⁷. Aliás, se se pode falar também para a Inglaterra do rentismo dos grandes exportadores e de sua feudalização, isso se restringiu à oligarquia comercial das grandes companhias londrinas, que contavam com os privilégios monopolistas da Coroa para o controle de mercados, “tanto através do mar do Norte como pelo Mediterrâneo”⁵⁸, um embrião da forma territorialista da hegemonia inglesa, se pensamos nas formulações de G. Arrighi⁵⁹, embora aqui ainda em apertada disputa com aquela centralizada em torno da Holanda.

Mas enquanto isso ocorria, uma burguesia provinciana dava curso à acumulação capitalista, com a intensificação da divisão social do trabalho e o desenvolvimento de um mercado interno que quebrava a autossuficiência das unidades econômicas mais antigas (as aldeias senhoriais)⁶⁰. Processo que, segundo se referiu Marx, se beneficiava da violenta expropriação iniciada no “último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI”⁶¹; a mesma expropriação que, conduzida até o final do século XVIII, quando já alcançava seus limites em território britânico, permitiu a eclosão da Revolução Industrial⁶².

Como antes dissemos, esta leitura de Dobb foi de modo geral continuada na década de 1970, quando Robert Brenner⁶³ abriu nova etapa do debate, e com isto dando lugar “a uma das controvérsias profissionais mais amplas” que o materialismo histórico conhecera “desde a guerra”⁶⁴. Na verdade, se se trata de destacar uma diferença central entre Dobb e Brenner, esta aparece no fato de que o último dos autores, embora não o diga textualmente, se recusa a subscrever a tese — já presente no capítulo XXIV de *O Capital* de Marx⁶⁵ — de que o campo inglês conheceu uma profunda inversão social a partir do final do século XV. Para Dobb — que aqui segue rigorosamente Marx —, isto teria ocorrido porque os contratos entre o arrendatário e o senhor permaneciam fixos, enquanto aumentava a produtividade da terra que o primeiro cultivava, bem como lhe subiam os lucros como decorrência da inflação geral de preços. Segundo Brenner, uma vez que os senhores ingleses controlavam em seus domínios, desde fins do século XII, cerca de 1/3 da terra cultivada, ao passo que outro 1/3 eram terras sujeitas a exações arbitrárias, isso fez com que, no início da Idade Moderna, a maior parte das terras estivesse nas mãos do senhorio, facultando a ele a introdução de formas estritamente econômicas (e, logo, variáveis) nos contratos de arrendamento, o que deu lugar a superação das relações feudais, baseadas fundamentalmente na coerção extraeconômica.

⁵⁷ Id. Ib.

⁵⁸ Id. Ib., p. 120 e segs.

⁵⁹ Arrighi, 2007.

⁶⁰ Dobb, 1987.

⁶¹ Marx, 1988a, p. 264.

⁶² Dobb, *op. cit.*

⁶³ Brenner, 1988a e 1988b.

⁶⁴ Anderson, 2004, p. 162.

⁶⁵ Marx, 1988a.

Brenner e Lenin: matizes

Na verdade, esta abordagem de Brenner — certamente tanto quanto a de Dobb, com a diferença de que este talvez associe mais diretamente os casos inglês e francês — encerra uma diferenciação geográfica decisiva na leitura dos processos de transição. De fato, pode-se dizer mesmo que ela leva adiante, tornando-a mais complexa, uma leitura em torno das transições e *vias de desenvolvimento* que iniciou com Lenin, embora em momento algum o autor faça referência ao teórico russo. Estamos nos referindo às vias *norte-americana* e *prussiana* de desenvolvimento, que tanto interessaram este último autor na diferenciação das formas de emergência do capitalismo⁶⁶. Uma temática, como já indicado, de grande interesse para a geografia histórica, mas ao mesmo tempo para aqueles que têm na categoria de formação econômica e social uma embocadura crucial para os estudos de geografia política em chave rigorosamente materialista histórica. Ou, para dizer de um modo teórico, em uma chave ontológica, capaz de apreender “a historicidade, o caráter processual, a contraditoriedade dialética” da vida social⁶⁷ e, por este caminho, suprimir “de maneira prática, e não somente filosófica”, a “oposição entre História e estrutura”⁶⁸.

Com efeito, para Brenner, estaríamos diante de pelo menos *três formações econômico-sociais*. 1. a *britânica*, que organizada a partir da hierarquia tripartite *senhores comerciantes, arrendatários capitalistas e trabalhadores assalariados*, chega ao século XVII revelando uma dinâmica divisão capitalista do trabalho (e a seu modo também uma dinâmica divisão geográfica do trabalho, já que a zona central começa a transitar da produção de grãos para a pecuária e a indústria, enquanto o Sul vai se especializando na produção de cereais que reproduzem a baixo custo o salariedade); 2. a *francesa*, que com 85 a 90 por cento da terra camponesa livre das imposições arbitrárias, atravessa o século XVIII com uma produtividade agrícola extremamente baixa e, portanto, com bloqueios grandiosos no que respeita à capacidade de reprodução a baixo custo do salariedade e às possibilidades de levar adiante a transição capitalista; 3. o *Leste da Europa*, cuja situação repete um pouco do desenvolvimento bloqueado francês, embora aqui se tratasse claramente, segundo Brenner, de uma segunda servidão, categoria impossível de ser aplicada no caso francês dada a derrota dos senhores diante do campesinato.

No mais, um ponto é aqui crucial para entender a interpretação de Brenner. Não se trata de pensar essas diferenciações de modo unilateral, como o fez o historiador Guy Bois⁶⁹, de algum modo entregando-se a uma noção de desenvolvimento desigual que é apenas temporal, isto é, ligado à idade de cada processo, e pela qual cada formação poderia alcançar o mesmo nível de desenvolvimento sem que qualquer forma prévia de evolução externa pudesse influir direta ou indiretamente. Ora, para Brenner, às características endógenas da evolução de cada formação se deve necessariamente acrescentar o contexto externo. De fato, a organização do feudalismo na França foi marcada por fortes conflitos jurisdicionais entre os senhores, bem como entre estes e os camponeses — todos buscando abrigo na corte como alternativa à queda das rendas, que assim não era detida —, ao passo que na Inglaterra operava-se uma decidida solidariedade no seio da aristocracia, seja para controlar os camponeses, seja para evitar conflitos intestinos no próprio território. E, insiste Brenner, é justamente esta diferença que permite compreender por que os principais conflitos da Idade Média tenham abalado principalmente a França e não a Inglaterra, que soube conduzir as disputas territoriais em que

⁶⁶ Lenin, 1980 e 1988.

⁶⁷ Lukács, 1981, p. 97.

⁶⁸ Santos, 1977, p. 90.

⁶⁹ Bois, 1988.

se envolvera sempre em terras estrangeiras — note-se que a longa Guerra dos Cem Anos, deflagrada entre França e Inglaterra entre 1337-1453, não afetou o campo inglês —, o que contribuiu decisivamente para a sua hegemonia mundial na transição para o mundo moderno. E eis que, nas palavras de Brenner⁷⁰, o desenvolvimento não é só desigual, mas também combinado. Ou, para dizer ainda melhor, geográfica ou territorialmente combinado.

Mas afinal qual o lugar de Gramsci neste debate?

Transições, vias de desenvolvimento e questões territoriais em Gramsci

Gramsci precursor de Dobb e Brenner

Na sinopse que Giuliano Procacci preparou sobre o debate dos anos 50 nosso sardo aparece com uma breve referência. Na verdade, trata-se mesmo de uma sugestão de pesquisa colocada ao cabo do artigo, lembrando que os Cadernos do Cárcere “contêm muitas reflexões sobre os temas do debate”, em especial “os comentários de Gramsci sobre o caráter econômico-corporativo das Comunas, e a evolução histórica da relação entre cidade e campo” na Itália⁷¹.

Gramsci certamente oferece muitos elementos para o debate que se estabeleceu nas décadas de 1950 e 1970, e isso em uma chave que se aproxima muito mais das conclusões de Dobb e Brenner do que aquela defendida por Paul Sweezy⁷². Basta ver, por exemplo, o que ele escreveu acerca da “sociologia positivista”, que marcava as interpretações históricas de Corrado Barbagallo⁷³, mas também o que deixou escrito à esposa Giulia em uma carta do início de 1930⁷⁴. Fazendo referência à crítica que Marx⁷⁵ endereçou a Mommsen, por este “considerar ‘capitalista’ toda economia ‘monetária’”, Gramsci diz ser esta uma tendência interpretativa que estava então “assumindo proporções patológicas”, e isto por obra da escola positiva⁷⁶.

De fato, esta crítica aos positivistas aparece no mesmo contexto da dura reprovação aos que se apegavam ao chamado “historicismo dos juristas” (a Escola Histórica liderada por Savigny). É o momento em que Gramsci insiste na necessidade de não se perder de vista o “conceito de distinção e de concreticidade ‘individual’ de cada momento do desenvolvimento histórico”⁷⁷. Uma formulação que em tudo lembra a compreensão hegeliana segundo a qual “não se pode entender o processo histórico ignorando a categoria de ‘contradição’”, bem como aquela de “salto qualitativo”⁷⁸. E, como vimos no debate sustentado por Dobb e Brenner, no marxismo, é a ênfase nas relações sociais de produção, e não na simples presença da circulação monetária, que permite apreender estas ocorrências qualitativas. Com efeito, parece estar aqui um ponto a partir do qual explorar as relações entre território, espaço e formação econômica e

⁷⁰ Brenner, 1988b.

⁷¹ Procacci, 2004, p. 180.

⁷² A tese de Sweezy ganhou uma versão no debate latino-americano sobre o subdesenvolvimento e a dependência através dos trabalhos de A. Gunder Frank. A tese de Frank foi, todavia, submetida a uma forte crítica por Ernesto Laclau, bem como em um trabalho do próprio Brenner, que associa as leituras de Sweezy, Frank e Wallerstein a um marxismo neosmithiano. Ver Frank, 1976, Laclau, 1988 e Brenner, 1979.

⁷³ Gramsci, 1977, p. 1373.

⁷⁴ Gramsci, 2005a.

⁷⁵ Marx, 1988b.

⁷⁶ Gramsci, 2005a, p. 396.

⁷⁷ Gramsci, 1977, p. 1273.

⁷⁸ Losurdo, 1998, p. 198.

social em Gramsci. Mais rigorosamente, as relações entre geografia e totalidade social (estrutura e superestrutura).

A questão Meridional

“... i problemi di classe... tendono a diventare problemi ‘territoriali’ perché il capitalismo si presenta come straniero alla regione e come straniero si presenta il governo che del capitalismo amministra gli interessi”.

(Gramsci, *Il Mezzogiorno e il fascismo*)

A rigor, pode-se dizer que a contribuição do comunista italiano inicia-se já antes da fase carcerária, estando muitos dos conceitos explorados nos Cadernos presentes nos escritos de cunho diretamente engajados dessa fase inicial. E, com efeito, é este o caso dos esquemas interpretativos indicados por Procacci. Toda a discussão sobre o caráter corporativo das comunas e a relação cidade-campo que ali é observada está bem presente no famoso ensaio *Alguns temas da questão meridional*⁷⁹, bem como no escrito que elaborou a quatro mãos com Palmiro Togliati para o III Congresso do seu partido, o PCI — as chamadas *Teses de Lyon*, em referência à cidade francesa que abrigou a reunião⁸⁰. Todavia, como antes indicamos, ela se refere a um período histórico que já não é aquele ao qual Dobb se dedicou.

Tomemos o caso das relações entre cidade e campo. Para Gramsci, encerrando uma decisiva desigualdade espacial que abrange todo o território nacional, na Itália estas relações se caracterizam por carecer das

“normais relações históricas entre cidade e campo, tal qual criadas pelo desenvolvimento do capitalismo em todos os países do mundo; no quadro da sociedade nacional, estas relações são agravadas e radicalizadas pelo fato de que econômica e politicamente toda a zona meridional e das ilhas funciona como um imenso campo diante da Itália do Norte, que funciona como uma imensa cidade”⁸¹.

No mais, a identificação deste problema, ponto de partida para — superando uma espécie de destemporalização e desumanização do espaço⁸² — alvejar a espessa fumaça positivista, que se inclinava a interpretar os problemas do atraso do Sul em chave naturalista — os sulistas como “seres biologicamente inferiores, semibárbaros ou bárbaros completos, por destino natural”⁸³ —, era o meio pelo qual se colocava o problema da hegemonia, do domínio não tanto “direto” e pela força, mas como “direção intelectual e moral”⁸⁴ e, pois, da aliança operário-camponesa. Como escreveu em *Alguns Temas*:

“O proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue criar um sistema de alianças de classes que lhe permita mobilizar contra o capitalismo e o Estado burguês a maioria da classe trabalhadora — o que significa, na Itália, dadas as reais relações de classe existentes, que o proletariado pode se tornar classe dirigente e dominante na medida em que consegue obter o consenso das amplas massas camponesas”⁸⁵.

E eis que emerge daqui o problema dos intelectuais e a noção de bloco histórico, ou a “unidade entre a natureza e espírito (estrutura e superestrutura)”⁸⁶. Afinal, o *Mezzogiorno*

⁷⁹ Gramsci, 1987.

⁸⁰ Id. Ib.

⁸¹ Id. Ib., p. 131.

⁸² Santos, 2008a, p. 119.

⁸³ Gramsci, 1987, p. 139.

⁸⁴ Gramsci, 1977, p. 1962-2010.

⁸⁵ Gramsci, 1987, p. 139.

⁸⁶ Gramsci, 1989, p. 12.

figura como “um grande bloco agrário constituído” pela “grande massa camponesa, amorfa e desagregada”, o estrato intelectual “da pequena e média burguesia rural e, por fim, os grandes proprietários de terra e os grandes intelectuais”⁸⁷, a rigor “os guardiães locais da exploração capitalista” setentrional⁸⁸. E bloco este que, através da ação dos intelectuais, inclinava-se perigosamente, desde o fim da expansão capitalista do período 1903-1913, tanto quanto a direção do novo sindicalismo, mussolinista e meridionalista, para a guerra e o fascismo.

Acompanhemos um pouco o desenrolar deste contexto conforme uma recente reconstituição histórica elaborada por G. Fresu⁸⁹, a qual confere especial atenção aos processos observados na Sardenha de Gramsci. A Itália estava empenhada há alguns anos na guerra alfanegária com a França e os gabinetes Crispi (1887-1891 e 1893-1896) se impeliam na defesa da indústria nacional e da grande produção agrícola do latifúndio. A Sardenha, já abatida com a derrocada do seu sistema bancário no ano de 1887, vê fechar-se subitamente o mercado francês, para onde destinava cerca de 70 a 80 por cento de suas exportações, o que provocou uma ulterior miséria e abandono dos campos. Além disso, já a partir de 1885, e para fazer frente à demanda norte-americana dos queijos pecorino romano, a atividade leiteira conhece um importante processo de industrialização, todavia guiado por capitais estrangeiros, o que resultou no controle monopolístico das aquisições de leite e na imposição de seu preço por parte da indústria de transformação. Como assinala Fresu, este processo fez dos pastores o elo fraco de uma distorcida dialética entre modalidades ainda mais atrasadas e parasitárias de gestão da terra e formas capitalistas de produção e comercialização. Havia certamente a alternativa da mineração, mas aqui as condições de vida eram ainda mais desastrosas em razão da crise capitalista do final do século, que impunha uma férrea exploração, com salários muito mais baixos do que o observado no restante da Itália. Além disso, a Sardenha era considerada uma prisão a céu aberto, para onde eram enviados os funcionários estatais envolvidos em escândalos. Como resultado, criou-se na Ilha uma situação explosiva, marcada pelas difíceis condições sociais, pelo ressentimento quanto à “súbita injustiça”, pelo baixo prestígio do Estado junto às massas populares e estratos médios e, por fim, pela convicção de receber um tratamento tipicamente colonial das autoridades romanas⁹⁰.

Com efeito, pode-se compreender o perverso papel que os intelectuais de extração positivista exercem nesse quadro, forjando uma interpretação naturalista da miséria social e/ou, no limite, guiando as massas para o caldo de cultura reacionário — é assim que Gramsci irá definir Benedetto Croce já antes da prisão⁹¹ — que vai se formando com a guerra e a emergência do fascismo.

⁸⁷ Gramsci, 1987, p. 154.

⁸⁸ Id. Ib., p. 143.

⁸⁹ Fresu, 2015a.

⁹⁰ Id. Ib.

⁹¹ Frosini, 2015.

*Revolução Passiva e dialética socioespacial*⁹²

Nos Cadernos, mais especificamente nos escritos voltados aos “problemas da história na Itália” que interessou a Procacci⁹³ e, vale notar, dando curso a uma redefinição da noção de reação⁹⁴, o quadro regional que acima vimos corresponde a uma forma bem definida de transição ao capitalismo. Trata-se de um processo “sem ‘Terror’”, uma “revolução restauração”, ou ainda uma “revolução passiva”, marca inapagável do *Risorgimento* italiano, conforme o definiu Gramsci⁹⁵ retomando o esquema espacial acima referido para situá-lo como o “paradoxo das ‘cidades do silêncio’”⁹⁶, bem vivo no que chamou o “mistério de Nápoles”⁹⁷. A rigor, uma noção de revolução que se inspira nas observações de Vincenzo Cuoco acerca da malograda insurreição napolitana de 1799, a qual este último contrapôs o caráter eminentemente ativo da Revolução Francesa⁹⁸.

Com efeito, segundo já fora demonstrado⁹⁹, estamos diante de uma noção equivalente àquela leniniana de via prussiana¹⁰⁰. Assim é que em Gramsci, a revolução passiva, que no fundamental é a expressão da incapacidade de levar adiante o processo de transformação através de um programa popular, como ocorrer na França jacobina — notadamente a reforma agrária e a questão nacional a ela relacionada¹⁰¹ —, aparece como uma via de desenvolvimento não só para a *Itália*, mas igualmente para a *Alemanha*, que aqui figura como um “tipo intermediário” — logo, menos dramático — de transição pelo alto. É que, entre os alemães, a

“burguesia obtém o comando econômico-industrial, mas as velhas classes feudais permanecem como estrato governamental do Estado político com amplos privilégios corporativos no exército, na administração e sobre a terra: mas pelo menos, se estas velhas classes conservam na Alemanha tanta importância e gozam de tantos privilégios, elas exercem uma função nacional, tornam-se os ‘intelectuais’ da burguesia, com um determinado temperamento dado pela origem de casta e pela tradição”¹⁰².

Certamente, no contexto das comparações entre os diferentes tipos de revolução “pelo alto”, ou vias de desenvolvimento, a noção de revolução passiva é também utilizada para referir-se ao *caso Inglês* — no que, aliás, faz lembrar a crítica à Marx que está implícita na leitura que Brenner faz da via de desenvolvimento inglesa, segundo nos referimos acima. De qualquer modo, não obstante encerre um “fenômeno símile àquele alemão de fusão entre o velho e o

⁹² É útil aqui partir da definição de espaço de Milton Santos, forjada em estreita relação com aquela de território. Ele salienta que o território “se chama espaço logo que encarado segundo a sucessão histórica de situações de ocupação efetiva por um povo”, resultando, basicamente, “do trabalho realizado segundo as regras... do modo de produção adotado e que o poder soberano torna em seguida coercitivas”. E é “o uso deste poder”, insiste, que “determina os tipos de relações entre as classes sociais e as formas de ocupação do território.” Ver Santos, 2008a, p. 233.

⁹³ Procacci, 2004, p. 180.

⁹⁴ Frosini, 2015.

⁹⁵ Gramsci, 2002, p. 63.

⁹⁶ Gramsci, 1977, p. 2036.

⁹⁷ Id. Ib., p. 2142.

⁹⁸ Id. Ib., p. 2011.

⁹⁹ Coutinho, 1989.

¹⁰⁰ Lenin, 1988.

¹⁰¹ Na França, os jacobinos “compreenderam bem que para vencer o inimigo externo deviam esmagar internamente seus aliados” — nexos que, na Itália, “também existia, explícito e implícito, entre a Áustria e ao menos uma parte dos intelectuais, dos nobres e dos proprietários de terra”, mas que “não foi denunciado pelo Partido da Ação ou ao menos não foi denunciado com a devida energia”, ou seja, “não se tornou elemento político ativo”. Ver Gramsci, 1977, p. 2029-30.

¹⁰² Id. Ib., p. 2032.

novo”, estamos aqui diante da “extrema energia dos ‘jacobinos’ ingleses, isto é, os ‘cabeças-redondas’ de Cromwell”, bem como de uma aristocracia que, tornando-se “estrato governamental” e “intelectual da burguesia inglesa”, apresenta-se com “quadros abertos e se renova continuamente com elementos provenientes dos intelectuais e da burguesia”¹⁰³. Portanto, um processo rigorosamente mais próximo da Revolução Francesa.

Mas se falamos da revolução passiva como equivalente da via prussiana e, nesse sentido, expressão de uma nova periodização — aliás deste modo muito distante de uma interpretação apenas econômica da história —, é preciso compreender que em Gramsci há uma diferença substancial em relação aos muitos autores que estiveram em linha com esta noção leniniana, e, de algum modo, em relação ao próprio Lenin, quando na obra do imperialismo fala de putrefação das formações capitalistas dominantes¹⁰⁴. Pensemos por exemplo em Lukács, como o sugeriu Losurdo¹⁰⁵. Para o filósofo húngaro, diante do “compromisso de classe entre a burguesia e os resíduos do feudalismo”, estaríamos autorizados a falar de uma era de irracionalismo e decadência ideológica a cobrir todo o período que vai do 1848 alemão à época da emergência e alargamento do fascismo¹⁰⁶.

Ora, em Gramsci, uma vez redefinida a noção de reação¹⁰⁷, a revolução passiva não equivale a uma contra-revolução¹⁰⁸. Tome-se o exemplo do que escreveu sobre a Itália. Referindo-se ao jacobinismo destrutivo de Francesco Crispi¹⁰⁹, que se cobria de fortes ligações com os “latifundiários sicilianos”, Gramsci não perde de vista que ele fora capaz de levar adiante uma política geral de industrialização, a rigor ela mesma uma forma de emancipação¹¹⁰, ainda que voltada para “reforçar o industrialismo setentrional, com a guerra de tarifas contra a França e o protecionismo alfandegário”, enquanto deixa a descoberto e entregue às forças do capital toda a região Sul¹¹¹.

E eis como ler, nos parece, a *inércia dinâmica* espacial — a rigor uma dialética socioespacial — de que nos fala Milton Santos¹¹². E isso sem cair naquela “redução da materialidade à ‘substancialidade’ ou ao ‘substrato dos corpos físicos imediatamente experienciáveis”, como insistia a crítica de Marx às interpretações mecanicistas do materialismo, sempre esquecidas de que materialismo não quer significar “um ‘coisismo’, não se circunscreve às ‘coisas’”, mas “abrange de um modo igualmente fundamental os ‘processos’ e as diferentes instâncias que na sua configuração concretamente intervêm”¹¹³. De fato, em absoluta consonância com esta leitura¹¹⁴, mas também claramente com as formulações de Gramsci, o geógrafo brasileiro fala

¹⁰³ Id. Ib., p. 2032-33.

¹⁰⁴ Lenin, 1997.

¹⁰⁵ Losurdo, 2006.

¹⁰⁶ Lukács, 1981, p. 112 e segs.

¹⁰⁷ Mas sem abandoná-la, é preciso insistir, como se vê pelo recorrer das referências a esta noção no Caderno sobre Croce. Ver Gramsci, 1977, p. 1293, 1317, 1323, 1326, 1325, 1362.

¹⁰⁸ Losurdo, 2006; Frosini, 2015.

¹⁰⁹ Um jacobinismo que remete ao “político enérgico, resolutivo e fanático”, e onde prevalecem mais “os elementos destrutivos derivados do ódio contra os adversários e os inimigos” do que “aqueles construtivos, derivados do fato de ter tomado como suas as reivindicações das massas populares”. Ver Gramsci, 1977, p. 2017.

¹¹⁰ Losurdo, 2013b.

¹¹¹ Gramsci, 1977, p. 2018.

¹¹² Santos, 1977; 2008a.

¹¹³ Barata-Moura, 1997, p. 110-111.

¹¹⁴ Vale repisar o que escreveu Milton Santos ao tomar distância da Geografia praticada pelo norte-americano Hartshorne, a quem acusa de “negligenciar a dimensão temporal”. Para o geógrafo brasileiro, o “conhecimento

daqueles processos que, especialmente quando “a ação do mercado é livre” — o caso do *Mezzogiorno* acima citado, poderíamos dizer —, permitem a “um grupo de pessoas, uma cidade ou região”, que “encontram-se historicamente na posição dominante”, ver “esta posição reforçar-se”, ao passo que “continua estacionária a posição dos grupos, pessoas, regiões ou países que caem no domínio dos primeiros”¹¹⁵. Uma noção que em tudo lembra aquela de territorialidade que Felice e Parlato insistiram estar presente em Gramsci, ou seja, uma territorialidade que “deve ser entendida do mesmo modo que a dos países submentidos à dominação imperialista”¹¹⁶.

Certamente, como é possível concluir lendo as páginas que Gramsci consagrou ao tema, esta territorialidade, ou dialética socioespacial, até mesmo porque expressão de processos históricos concretos, pode conter diferentes graus desigualdade. Assim, em um raciocínio que é muito próximo daquele levado a efeito para as revoluções passivas nacionais, e tratando das especificidades do seu próprio país, o comunista sardo não esquece de anotar que, se nas cidades da Itália central (Perúrgia, Pisa, Urbino, entre outras) o fenômeno das cidades do silêncio também aparece, esta é todavia uma região que acabou por seguir um caminho intermediário (“*una via di mezzo*”) entre o Norte e o Sul¹¹⁷. Por outras palavras, não só inércia, mas uma rigorosa dialética entre inércia e dinâmica. Aliás, estamos aqui diante de uma leitura do desenvolvimento espacial desigual muito mais complexa e rica de determinações do que aquela forjada pela teoria da dependência de A. G. Frank¹¹⁸.

Ora, chegado este ponto, cabe voltar brevemente nossa atenção a um debate decisivo. Como se pode concluir, enquanto revoluções restaurações que são (e no mais das vezes localizadas geograficamente no seio dos capitalismo tardios), as revoluções passivas teorizadas por Gramsci, mais que dar curso a uma crise final do sistema capitalista, significaram reestruturações regeneradoras do próprio sistema. Mas isso permitiria dizer, como sustentou Giorgio Baratta¹¹⁹, que a partir deste processo estaríamos autorizados a ler em Gramsci uma *morte da dialética* — ou, menos radicalmente, sua *reforma* —, sendo mais correto, a partir de então, começar a pensar em processos históricos melhor definidos como oximoros? Ou ainda, em uma leitura que traz a questão geográfica (territorial ou espacial) para o centro do debate, processos que significariam mais rigorosamente “um deslize da dialética” (histórica) “ao contraponto” (geográfico)? Parece-nos que ler as questões territoriais presentes em Gramsci a partir deste ponto de vista significa apenas dar curso a uma operação que faz do comunista sardo um teórico que já não pertence ao materialismo histórico. A rigor, um teórico do liberalismo. Uma espécie de Isaiah Berlin, seguidor do historicismo de Vico ou da valorização das especificidades culturais herderianas¹²⁰. Uma leitura, diga-se, capaz de aprisionar as formulações de Gramsci no interior da geografia clássica ritteriana, se lembramos a influencia que nela teve as formulações de Herder¹²¹.

real de um espaço não é dado pelas relações e, sim, pelos processos”. Ver Santos, 2008a, p. 84 e 249. Certamente, uma vez que se fala de processo, devemos entender aqui o *real* no sentido hegeliano antes tratado.

¹¹⁵ Id. Ib., citando Marrama.

¹¹⁶ Felice e Parlato, 1987, p. 45.

¹¹⁷ Gramsci, 1977, p. 2037.

¹¹⁸ Frank, 1976.

¹¹⁹ Baratta, 2011, p. 259-60.

¹²⁰ Jahanbegloo, 1996.

¹²¹ Quaini, 1979, p. 29.

Gramsci e a transição socialista

Americanismo, fordismo e revolução passiva: Gramsci pós-comunista?

É também de revolução restauração que se trata se quisermos entender o modo de vida e produção, ou seja, a via de desenvolvimento estabelecida a partir dos anos 1920 com o americanismo/fordismo. Diante desta nova realidade, Gramsci lança a indagação quanto à constituição de “uma ‘época’ histórica como aquela das revoluções passivas”¹²², e a isto parece responder positivamente, lembrando que também aqui a hegemonia cabe às classes dirigentes, quando mais não seja porque “a ausência da fase histórica europeia” marcada — “também no campo econômico”, vale insistir — “pela Revolução Francesa”, terminou por deixar “as massas populares americanas em estado bruto”¹²³.

Com efeito, sabemos que o período que Gramsci está definindo como revolução passiva é também aquele em que, na “Europa capitalista, rica de meios”, a “taxa de lucro começa a mostrar” uma “tendência a queda”¹²⁴. Não obstante, tomando uma “posição reservada” diante da tese leniniana da putrefação do capitalismo na fase do imperialismo, nosso autor, na esteira da crítica às objeções de Croce à teoria do valor trabalho, irá insistir na necessidade de se “distinguir um grau maior ou menor de tendencialidade”, bem como que o significado de “tendencial” deve ser aquele de “um caráter histórico real e não metodológico”¹²⁵. Assim é que toda “a atividade industrial de Henry Ford se pode estudar” deste ponto de vista, ou seja, como “o ponto extremo do processo de tentativas sucessivas da indústria para superar a lei tendencial da queda da taxa de lucro”¹²⁶.

E aqui estão as grandes transformações que levam ao redimensionamento do papel do Estado de que ainda no último quartel do século XX falam Milton Santos¹²⁷ e Giovanni Arrighi¹²⁸. Para Gramsci — que não fala apenas dos Estados Unidos, fornecendo também exemplos da Europa (e especialmente da Itália) —, na medida em que “a americanização exige um ambiente dado, uma dada estrutura social (ou a decisiva vontade de criá-la) e um certo tipo de Estado”, essa é justamente a etapa em que

“O Estado liberal, não no sentido do liberalismo alfandegário ou da efetiva liberdade política, mas no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico... chega com meios próprios, como ‘sociedade civil’... ao regime da concentração industrial e do monopólio”¹²⁹.

E o meio pelo qual isso se torna efetivo parece ter sido o dos títulos da dívida pública, amplamente procurados com a explosão da crise de 1929, quando “a massa dos poupadores” buscou “romper toda ligação direta com o conjunto do sistema capitalista privado”, mas sem recusar “sua confiança ao Estado”, procurando “participar da atividade econômica, mas através do Estado”, com o que o “Estado é assim levado a ser investido de uma função de primeiro plano no sistema capitalista”; figurando como “holding estatal” que “concentra a

¹²² Gramsci, 1977, p. 2140.

¹²³ Id. Ib., p. 2146-47.

¹²⁴ Id. Ib., p. 2018.

¹²⁵ Id. Ib., p. 1279 e 1283.

¹²⁶ Id. Ib., p. 1282 e 2140.

¹²⁷ Santos, 2008a.

¹²⁸ Arrighi, 2007.

¹²⁹ Gramsci, 1977, p. 2157.

poupança a ser posta à disposição da indústria e da atividade privada, como investidor a médio e longo prazo”¹³⁰.

Mas significa isto, segundo a tese sustentada por Giuseppe Vacca, e já criticada como abertamente revisionista¹³¹, que Gramsci entende o americanismo/fordismo como aquele processo que, penetrando a estrutura do mundo — Itália incluída —, deveria desenvolver-se sob a direção da elite capitalista mais avançada — o que permitiria, sob impulso dos Estados Unidos, restabelecer, após a crise de 1929, a interdependência da economia mundial? E, quando mais não seja diante da posição secundária do movimento comunista, insiste Vacca, romper o caráter violento da economia de comando, seu isolamento? Enfim, como o disse a crítica de Mordenti, um Gramsci já pós-comunista, irreconhecível se posto ao lado dos grandes teóricos deste movimento?

É certo que Gramsci avança questões acerca da especificidade social e política das formações sociais típicas do *Ocidente*, contribuindo para desenvolver teórica e politicamente o materialismo histórico para além do chamado “asiatismo”. É o caso de suas referências à “expansão do parlamentarismo, do regime associativo sindical e partidário, da formação de amplas burocracias estatais e ‘privadas’”, a rigor adequadas a “processos de desenvolvimento mais ou menos longos”¹³², processos estes distantes de qualquer compreensão palingênica da histórica, cara a uma visão de tipo romântica muito presente no interior da esquerda¹³³. De fato, é toda a questão do desenvolvimento de uma sociedade civil, capaz de absorver os grupos sociais subalternos que, no medievo ou no mundo antigo, eram mantidos (mecanicamente) à parte da vida política — vale dizer, permitindo-os renascer “sob outra forma, como partidos, sindicatos, associações de cultura”¹³⁴. E eis uma nova concepção do conceito de Estado, que já não é entendido apenas “como sociedade política”, isto é, como “ditadura, ou aparelho coercitivo, para moldar a massa popular segundo o tipo de produção e a economia de um dado momento”, mas como um Estado ampliado, como “um equilíbrio da sociedade política com a sociedade civil”¹³⁵. Mas também um caminho pelo qual a superação das ilusões palingênicas alcança mesmo a própria esfera estatal, tanto quanto aquela da nação e do mercado (sempre “historicamente determinado”), interpretadas para além da utopia da extinção nas sociedades pós-capitalistas¹³⁶.

Seguramente esta é uma leitura que se afasta do marxismo professado no século XX por diferentes escolas, e até mesmo de Lenin. Mas vejamos mais de perto este ponto, decisivo mesmo para compreender o movimento teórico operado por Gramsci sem catapultá-lo para fora do materialismo histórico, como parece ser a leitura de Vacca. O Lenin aqui superado pelo comunista sardo é aquele de *O Estado e revolução*, muito marcado pela luta prática imediata contra o social-chauvinismo e os socialistas que “se entregavam à inaudita vergonha de justificar e de embelezar a guerra, aplicando-lhe o conceito de ‘defesa da pátria’”¹³⁷. É, todavia, muito diferente a posição de Gramsci em relação ao Lenin já consciente do malogro da revolução no Ocidente¹³⁸, a rigor um problema vislumbrado pelo grande teórico russo pelo

¹³⁰ Id. Ib., 2175-76

¹³¹ Mordenti, 2012.

¹³² Gramsci, 1989, p. 65 e 90.

¹³³ Azzarà, 2004.

¹³⁴ Gramsci, 1977, p. 2287.

¹³⁵ Gramsci, 2005b, p. 84.

¹³⁶ Losurdo, 2006, p. 230 e segs.

¹³⁷ Id. Ib., p. 212.

¹³⁸ Fresu, 2015a.

menos desde o ano de 1918¹³⁹. E é exatamente deste Lenin que partiu Gramsci para avançar questões próprias às formações ocidentais. De fato, basta que tomemos, entre tantos, o exemplo do Caderno 10, com suas referências “ao maior teórico da filosofia da práxis”, que “contemporaneamente a Croce” “revalorizou” (*ha rivalutato*), na contra mão das “diversas tendências economicistas”, “a frente de luta cultural”, construindo assim “a doutrina da hegemonia como complemento da teoria do Estado força e como forma atual da doutrina da revolução permanente que vigorou nos idos de 1848”¹⁴⁰.

Fordismo, fascismo, geopolítica, hegemonia: Gramsci entre Itália e URSS

E se poderia dizer que a teorização acima não tem nada que ver com a experiência socialista do *Oriente*? Ora, Gramsci, embora pareça considerar datado o movimento que a forjou — referido como “concepção fatalista da filosofia da práxis” —, continua a falar dela como uma experiência histórica válida: “se poderia fazer elogio fúnebre dela, reivindicando a utilidade para certo período histórico, mas exatamente por isso sustentando a necessidade de sepultá-la com todas as honras”¹⁴¹. Aliás, e sempre no cárcere, as referências a esta experiência não deixam de estar associadas ao jacobinismo francês como forma de estabelecer uma ponte entre Hegel e a filosofia da práxis¹⁴². E isto não só quando se refere à questão agrária, mas também, segundo parece, quando se põe a discutir a hegemonia no contexto mesmo da emergência dos métodos e da estrutura social do fordismo, entregando-se à defesa de “uma forma de ‘americanismo’ aceitável para as massas operárias”¹⁴³, segundo disse endereçando críticas à corrente de Trotsky, apegada a “meios coercitivos externos”¹⁴⁴. E, certamente aqui, como vimos acima, o Estado, como até mesmo a forma ocidental convida a observar, já não pode ser aquele “da livre iniciativa e do individualismo econômico”.

De fato, segundo destacou recentemente Domenico Losurdo, se tomamos as páginas sobre americanismo e fordismo, devemos notar que elas se referem não apenas aos Estados Unidos, mas a uma multiplicidade de problemática e também de países, e talvez mesmo falem da Rússia soviética ainda mais do que dos Estados Unidos¹⁴⁵. E é evidente que em meio a esta “diversidade de países” está a Itália, ponto a partir do qual Gramsci escrevia e lutava. Vale nos determos por um instante nessa formação tal como a vê Gramsci — a rigor uma formação já levada a um grau de ocidentalização, com “suas inúmeras associações de caráter ‘privado’”¹⁴⁶, não obstante toda a distorcida dialética que antes falamos — para entendermos as conexões, — de caráter geopolítico, se deve insistir — que nosso autor estabelece entre Ocidente e Oriente.

¹³⁹ Fresu, 2015b.

¹⁴⁰ Gramsci, 1977, p. 1235. Fresu se refere a passagens do *Caderno 7*. Vale acrescentar que na nota que Valentino Gerratana escreve junto à passagem que citamos está referido também o *Caderno 4*, bem como uma carta à cunhada Tania de maio de 1932, onde Gramsci assinala que, por “oposição às concepções mecanicistas e fatalistas do economicismo”, é possível “afirmar que a característica essencial da mais moderna filosofia da práxis consiste mesmo no conceito histórico político de hegemonia”. Ver Gramsci, 1977, p. 2868 e Fresu, 2015a.

¹⁴¹ Gramsci, 1977, p. 1394.

¹⁴² Id. Ib., p. 1472.

¹⁴³ Id. Ib., p. 2146.

¹⁴⁴ Id. Ib., p. 2164.

¹⁴⁵ Losurdo, 2013b.

¹⁴⁶ Losurdo, 2006, p. 276.

São bastante ilustrativas as hipóteses formuladas recentemente por Fabio Frosini a este respeito¹⁴⁷. Ela põe em relação dois pontos: a) a crítica de Gramsci a Croce, sua hagiografia do liberalismo como “religião da liberdade” — e não como “história da liberdade” — e; b) a emergência do corporativismo enquanto a encarnação legislativa do fascismo. O contexto é aquele do constitucionalismo fascista de 1932, que almejava organizar os camponeses e o operariado, introduzindo-os como massa dentro da estrutura da vida pública, o que resultaria na superação prática do individualismo e do particularismo. A rigor, um meio pelo qual, promovendo à dessacralização a coroa — já marginalizada na reforma de 1925 —, se chegava a um estágio republicano e revolucionário, mas também apoiado em compromissos e em instituições. Numa palavra, um novo impulso à revolução passiva italiana. Ou seja, uma forma de controlar a tradição democrático-constitucionalista na qual os grupos sociais subalternos começavam a fazer a própria autoeducação política e que já não poderia mais ser anulada, apenas contida. E justamente aqui que se coloca a “religião da liberdade” de Croce, isto é, como glorificação do constitucionalismo enquanto meio de estabilização moderada e reconstrução da hegemonia burguesa com alcance não só nacional, já que seu sentido último era o de absorver o surto jacobino proveniente da URSS (“*assorbire l’urto giacobino proveniente dall’URSS*”)¹⁴⁸.

Na verdade, Gramsci está ciente de que o corporativismo não nascera das exigências de reorganização do aparelho produtivo do país, mas tão somente das exigências de “polícia econômica”¹⁴⁹, isto é, para impedir que os operários fossem eles mesmos — como o eram já antes de 1922 — os portadores dessa reorganização¹⁵⁰. Não obstante, Gramsci vê com bons olhos a constituinte de 1932, uma questão amadurecida pelo menos desde o final do ano de 1930, seguramente na esteira de um maior distanciamento da Internacional Comunista — já muito centralizada¹⁵¹ —, caminho pelo qual se poderia redimensionar a tese da “estabilização relativa” do capitalismo e do “socialismo em um só país”, atentando para os territórios nacionais com seus próprios partidos comunistas bolchevizados¹⁵². No fundamental, para Gramsci, sob o terreno “constitucional” e da “constituinte” confluíam o impulso fascista para a criação de uma realidade pós-parlamentar, mas *também* as reivindicações democráticas mais profundas e radicais do povo nação. Isto abria espaço para o trabalho dos comunistas italianos, que poderiam se inserir nesse contexto, reivindicando, através da constituinte, uma nascente democracia não parlamentar, capaz de dar início à transformação das próprias estruturas de massa do fascismo, empurrando-as de modo revolucionário em direção ao comunismo¹⁵³.

E eis como pensar, segundo nos parece, as articuladas referências às “relações de forças internas”, às “relações de forças internacionais” e à “posição geopolítica”, presentes ao final do Caderno que discute a filosofia de Benedetto Croce, e isto quando, já estabelecido o erro de Croce em interpretar a história da Europa sem levar em conta o período que se abre com o

¹⁴⁷ Frosini, 2015, p. 54 e 61.

¹⁴⁸ Id. Ib., p. 55.

¹⁴⁹ Fresu, 2015a.

¹⁵⁰ Gramsci, 1977, p. 2156. Aliás, toda a modernização que permitiu ao fascismo superar a crise de 1929 foi conduzida não pelo corporativismo, mas por um *staff* de altos funcionários da burocracia estatal de proveniência não fascista, com origem no governo Francesco Nitti (1919-20). Esse *staff* transformou em profundidade o sistema de crédito e poupança, articulando-o estavelmente ao mundo da produção em um processo que seguiu o seu curso mesmo depois da queda do fascismo. Ver a respeito Fresu, 2015a, p. 100.

¹⁵¹ Losurdo, 2006, p. 162.

¹⁵² Agosti e Albertano, 2014, p. 4.

¹⁵³ Frosini, 2015, p. 61.

1789 e as guerras napoleônicas¹⁵⁴, articula revolução (França) e ondas reformistas (Itália, etc.) para se perguntar: “ao menos em parte podem ocorrer desenvolvimentos similares, sob a forma do advento de economias programáticas?”¹⁵⁵.

Certamente, uma vez que as ondas reformistas se compõem de uma combinação de “lutas sociais”, “intervenção do alto” e “guerra nacional”, mas sempre com o predomínio “dos dois últimos fenômenos”¹⁵⁶, o desenvolvimento em direção à economia programática do qual se está falando — e vale recordar aqui a crítica ao corporativismo — não pode se fazer senão por meio da preponderância do primeiro fenômeno. Ou seja, aquele capaz de alcançar as “reivindicações democráticas mais profundas e radicais do povo nação”; um raciocínio que não pode ser feito sem se levar em conta a presença histórica da revolução soviética, ponto de partida do aparato “teórico-prático da hegemonia” — ou da passagem do momento econômico ao político — que Gramsci, a partir de explícita inspiração em Lenin¹⁵⁷, leva a efeito para a Itália da década de 1930. Aliás, eis como passa a fazer sentido a advertência que Frosini¹⁵⁸, sem deixar de assinalar as inovações teóricas e de método do comunista sardo, estabelece à leitura que Peter Thomas oferece da noção de internacionalismo de Gramsci, tendente a apresentá-la na chave de uma oposição entre Gramsci e a Rússia staliniana.

À guisa de conclusão: duas notas sobre a atualidade

Para além do revisionismo ou de um teórico das questões eminentemente culturais, como a que poderia emergir da leitura de um Gramsci herderiano, afeito ao “diferencialismo”, ponto alto da cultura intelectual pós-moderna¹⁵⁹, que tema em imiscuir-se no debate em torno da categoria de formação social, parece mais rigoroso propor um Gramsci que, atento às diferenciações Oriente/Ocidente, se ponha por inteiro no campo de um marxismo que não desvaloriza a questão nacional e mesmo o problema da geopolítica, uma vez entendido este como um campo não estranho ao das lutas de classe. É esta a leitura que parece ter nos oferecido recentemente Cicarelli¹⁶⁰, mas que também vai se afirmando no marxismo de Domenico Losurdo, atento à força do marxismo de Gramsci enquanto um marxismo crítico das versões “tabula rasa” (incapaz de pensar a questão do mercado ou do Estado no pós-capitalismo), mas igualmente prudente quanto às “tentativas de neutralizar politicamente Gramsci”¹⁶¹. É este o caso da valorização da dimensão de longo prazo e do sentido geopolítico dos processos em curso na história hodierna, mote consagrado a chamar o próprio marxismo ocidental a refletir criticamente quanto a sua ausência no debate acerca da realidade atual dos países que cruzaram a fronteira da revolução socialista¹⁶².

Com efeito, se reconhecemos que parte justamente de Gramsci este raciocínio, ou mais rigorosamente, do Gramsci que leva adiante formulações embrionariamente presentes no próprio Lenin, podemos dizer que é rigorosamente legítimo ter no comunista sardo — mais do que em Heidegger ou qualquer outro genitor do diferencialismo pós-moderno — um teórico das formações econômico-sociais no sentido que a elas pretendeu dar o geógrafo Milton

¹⁵⁴ Gramsci, 2005b.

¹⁵⁵ Gramsci, 1977, p. 1358 e segs.

¹⁵⁶ Id. Ib.

¹⁵⁷ Id. Ib., p. 1245 e 1250.

¹⁵⁸ Frosini, 2010.

¹⁵⁹ Azzarà, 2015.

¹⁶⁰ Cicarelli, 2008.

¹⁶¹ Losurdo, 2006, p. 286.

¹⁶² Losurdo, 2013.

Santos, quando corretamente rejeitando a tese de um suposto desaparecimento dos Estados nacionais na atual fase histórica, falou de “territórios nacionais” que “se transforma(m) em espaços nacionais da economia internacional”¹⁶³. Territórios partícipes de uma determinada divisão internacional do trabalho, sem dúvida, mas que já há algum tempo — a rigor desde a emergência da etapa imperialista —, e em condições “normais”, não podem ser apenas o resultado de fenômenos naturais ou estritamente econômicos, mas expressão “da ‘capacidade dirigente’ da classe econômica dominante”¹⁶⁴. Um processo que a toda prova diz respeito à *grande política*, este conceito central para análise da realidade histórica que se põe a tarefa da “radical reorganização do Estado”, problema que em Gramsci aparece já articulado àquele da “estatura de cada Estado nos confrontos recíprocos”¹⁶⁵.

E tudo isso estaria desligado de uma determinada forma interna de organizar social e economicamente o território das diferentes formações econômicas e sociais (sejam capitalistas ou aquelas que cruzaram a fronteira da revolução socialista)? A título de uma observação que pode ser fértil para os estudos de geografia histórica, mas também para aqueles ocupados com as formas atuais de exploração da economia agrária em formações carregadas de “meridionalismo”¹⁶⁶, caberia investigar as relações entre o fenômeno de “cidades do silêncio”, que Gramsci mostrou ser endêmico na formação italiana (onde a maior parte dos proprietários gastavam “a renda da terra”¹⁶⁷, vale dizer, anulavam a mais-valia), com o conceito de fundos territoriais — “as áreas de pretensão de soberania, guardadas para uma ocupação produtiva futura” — forjado recentemente pelo geógrafo Robert Moraes¹⁶⁸ a partir das formulações de Lenin, e isto como forma de dar maior aplicabilidade à noção de território usado do Milton Santos de que antes citávamos. Em formações de cujas transformações se fizeram em geral “pelo alto”, não seria um exagero pensar nestes fundos como parte mesmo da divisão territorial (ou socioespacial) do trabalho, forjada por um processo de desenvolvimento que, de veras perverso, padeceu de uma distorcida dialética, ela mesma origem das camadas de subalternos¹⁶⁹ que, nestas formações — e hoje já também naquelas de capitalismo desenvolvido que a estas subordinou —, se distribuem não apenas nos espaços agrários, mas também em diferentes zonas urbanas periféricas e/ou degradadas.

E aqui chegamos à noção de articulação de tempos e espaços central à categoria de formação econômica e social na sua imanência territorial e socioespacial¹⁷⁰, noção com a qual até mesmo os países que transitaram em direção ao socialismo — quando mais não seja porque sujeitos a processos de longuíssimos prazos — devem ser estudados, não obstante o diverso sentido histórico — dois trens em velocidades diferentes, mas na mesma direção, segundo a imagem utilizada por Losurdo para tratar da China¹⁷¹ — que nestes casos encarna.

¹⁶³ Santos, 2008b.

¹⁶⁴ Gramsci, 1977, p. 1990.

¹⁶⁵ Id. Ib., p. 1564.

¹⁶⁶ Moraes, 2011.

¹⁶⁷ Gramsci, 1977, p. 2142.

¹⁶⁸ Moraes, 2013, p. 124.

¹⁶⁹ Gramsci, 1977, p. 2277 e 2294.

¹⁷⁰ Santos, 1977, 2008a.

¹⁷¹ Losurdo, 2013, p. 317.

Bibliografia

AGOSTI, A. e ABELTARO, M. Storia indiziaria, ma sui documenti. In D'ORSI, A. (ed.) *Inchiesta su Gramsci*. Quaderni scomparsi, abiure, conversioni, tradimenti: leggenda o verità? Torino: Accademia University Press, 2014, p. 3-12.

ANDERSON, P. *Considerações sobre o marxismo ocidental/Nas trilhas do materialismo histórico*. Trad. I. Tavares. São Paulo: Boitempo, 2004. 239 p.

ARRIGHI, G. As três hegemonias do capitalismo histórico. In GILL, S. (ed.) *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Trad. D. de A. Azevedo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007. 447 p.

AZZARÀ, S. Materialismo storico e palingenesi della storia in Walter Benjamin. *Marxismo Oggi*, 2004, nº 1, p. 143-157.

AZZARÀ, S. Heidegger 'innocente': un esorcismo della sinistra postmoderna. *MicroMega*, 2015, nº 2, p. 116-125.

BARATTA, G. *Gramsci em contraponto: diálogos com o presente*. Trad. J. Clasen. São Paulo: Editora da UNESP, 2011. 414 p.

BARATA-MOURA, J. Marx e a cientificidade do saber. In *Materialismo e subjetividade: estudos em torno de Marx*. Lisboa: Editorial 'Avante!', 1997. 364 p.

BOIS, G. Contra la ortodoxia neomalthusiana. In IRADIEL, P.; ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.) *El Debate Brenner: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. Trad. I. Moll. Barcelona: Editorial Crítica, 1988. 403 p.

BRENNER, R. Estrutura de clases agrária y desarrollo económico en la Europa preindustrial. In IRADIEL, P.; ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.) *El Debate Brenner: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. Trad. I. Moll. Barcelona: Editorial Crítica, 1988a. 403 p.

BRENNER, R. Las raíces agrarias del capitalismo europeo. In IRADIEL, P.; ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.) *El Debate Brenner: estructura de clases agraria y desarrollo económico en la Europa preindustrial*. Trad. I. Moll. Barcelona: Editorial Crítica, 1988b. 403p.

CATONE, A. Trockij (Lev Davidovic Brosntein, detto). In LIGUORI, G. e VOZA, P. (eds.) *Dizionario gramsciano*. Roma: Carocci, 2009, 918 p.

CHATELET, F. Hegel e a geografia. Trad. R. M. F. do A. Pereira, *Geosul*, 1989, nº 7, p. 45-62.

CICCARELLI, R. A visão do centauro: hegemonia e o lugar do Oriente em Gramsci. In DEL ROIO, M. (ed.) *Marxismo e Oriente*. São Paulo: Ícone/Unesp, 2008. 295 p.

COUTINHO, C. N. Uma via "não clássica" para o capitalismo. In D' INCAO, M. A. (ed.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Júnior*. São Paulo: UNESP; Brasiliense, 1989. 502 p.

DE LUTTIS, L. Filologia e filologia vivente. In LIGUORI, G. e VOZA, P. (eds.) *Dizionario gramsciano*. Roma: Carocci, 2009, 918 p.

DOBB, M. *A evolução do capitalismo*. 7ª ed. Trad. M. do R. Braga. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987. 396 p.

FELICE e PARLATO. Introdução. In *A questão meridional*. Trad. C. N. Coutinho e M. A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 165 p.

FRANK, A. G. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In PEREIRA, L. (ed) *Urbanização e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976. 199 p.

FRESU, G. Traducibilità e modernità del nesso concettuale egemonico/subalterno nelle relazioni di Peter Thomas e Cosimo Zene. *International Gramsci Journal*, Giugno 2015, nº 4, p. 94-100.

FRESU, G. Lenin: dogmático e doutrinário ou “protagonista de uma hegemonia realizada”? In DEO, A.; MAZZEO, A. C.; DEL ROIO, M. (Eds.) *Lenin. Teoria e prática revolucionária*. Marília (SP): Oficina de Livros; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. 418 p.

FROSINI, F. Gramsci “non contemporaneo”. Sul recente libro di Peter Thomas. *Critica marxista*, 2010, nº 3-4, p. 43-47.

FROSINI, F. Sulle ‘spie’ dei ‘Quaderni del carcere’. *International Gramsci Journal*, Giugno 2015, nº 4, p. 43-65.

GRAMSCI, A. Il Mezzogiorno e il fascismo. In SPRIANO, P. (ed.) *Scritti Politici*. Roma: Riuniti, 1967, 2 vol. 878 p.

GRAMSCI, A. *Quaderni del cárcere*. Torino: Einaudi, 1977, 4 vol. 3370 p.

GRAMSCI, A. *A questão meridional*. Trad. C. N. Coutinho e M. A. Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 165 p.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Trad. L. M. Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989. 7ª ed. 444 p.

GRAMSCI, A. *Cartas do Cárcere*. Trad. L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a, vol 1. 478 p.

GRAMSCI, A. *Cartas do Cárcere*. Trad. L. S. Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b, vol. 2. 494 p.

JAHANBEGLOO, R. *Isaiah Berlin: com toda liberdade*. Trad. F. Kon. São Paulo: Perspectiva, 1996. 258 p.

LACOSTE, Y. *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 2ª ed. Trad. M. C. França. Campinas (SP): Papyrus, 1989. 263 p.

LENIN, V. I. *O programa agrário*. São Paulo: LECH, 1980. 214 p.

LENIN, V. I. *Imperialismo: fase superior do capitalismo*. 4ª ed. Trad. O. Beckerman. São Paulo: Global, 1987. 127 p.

LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 3ª ed. Trad. J. P. Netto. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 401 p.

LIGUORI, G. *Gramsci conteso. Interpretazioni, dibattiti e polemiche. 1922-1912*. Roma: Riuniti, 2012. 472 p.

LOSURDO, D. *La comunità, la morte l'Occidente. Heidegger e l'ideologia della guerra*". Torino: Bollati Boringhieri, 2001. 249 p.

LOSURDO, D. *Hegel e la libertà dei moderni*. Napoli: La scuola di Pitagora, 2011, 2 vol. 719p.

LOSURDO, D. *Antonio Gramsci: do liberalismo ao "comunismo crítico"*. Trad. T. Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 2006. 286 p.

LOSURDO, D. A Revolução, a nação e a paz. Trad. P. B. Lima. *Estudos Avançados*, 2008, vol. 22, nº 62, p.9-27.

LOSURDO, D. *La lotta di classe. Una storia politica e filosofica*. Roma-Bari: Laterza, 2013a. 387 p.

LOSURDO, D. L'americanismo? Non è da avversare. *Il Manifesto*, 27 giugno 2013b.

LUKÁCS, G. A ontologia de Marx: questões metodológicas preliminares. In NETTO, J. P. e COUTINHO, C. N. (Trad. e ed) *Lukács. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981a. 208 p.

LUKÁCS, G. A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In NETTO, J. P. e COUTINHO, C. N. (Trad. e ed) *Lukács. Sociologia*. São Paulo: Ática, 1981b. 208 p.

MAMIGONIAN, A. A geografia e a formação social como teoria e como método. In *O Mundo do Cidadão um Cidadão do Mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. 478 p.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Trad. R. Barbosa e F. R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, livro 1, vol. 2, 1988a. 294 p.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Trad. R. Barbosa e F. R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, livro 3, vol 1 e 2, 1988b. 365 p.

MORAES, A. C. R. *Ideologias geográficas*. São Paulo: Hucitec, 1988. 156 p.

MORAES, A. C. R. A antropogeografia de Ratzel: indicações. In MORAES, A. C. R. (ed.) *Ratzel. Geografia*. Trad. F. Murrad e D. Bottman. São Paulo: Ática, 1990. 199 p.

MORAES, A. C. R. *Geografia histórica do Brasil. Capitalismo, território e periferia*. São Paulo: Ed. Annablume, 2011. 157 p.

MORAES, A. C. R. *Território na geografia de Milton Santos*. São Paulo: Ed. Annablume, 2013. 126 p.

MORDENTI, R. Recensione a Giuseppe Vacca, Vita e pensieri di Antonio Gramsci. 1926-1937. *Testo e Senso*, 2012, n° 13. <http://testoesenso.it/article/view/123/html_1>

PEREIRA, S. N. Estados, nações e colonialismo: traços da geografia política vidaliana. In HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (eds.) *Vidal, Vidais: textos de Geografia Humana, Regional e Política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 465 p.

PROCACCI, G. Uma sinopse do debate. In *A transição do Feudalismo para o capitalismo: um debate*. SWEEZY, P. et. al. 5 ed. Trad. I. Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 247p.

QUAINI, M. *Marxismo e geografia*. Trad. L. L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. 155 p.

SAID, E. W. *Dire la verità. Gli intellettuali e il potere*. Milano: Feltrinelli, 2014. 127 p.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, 1977, n° 54, p. 81-99.

SANTOS, M. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2008a. 285 p.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008b. 384 p.

SILVEIRA, M. L. Geografia y formación socioespacial: por un debate sustantivo. *Estudios socioterritoriales*, 2014, n° 16, vol, 2, p. 142-168.

SIMONI, N. *Tra Marx e Lenin: la discussione sul concetto di formazione economico-sociale*. Napoli: La Citta Del Sole, 2006. 187 p.

SWEEZY, P. Uma crítica. In *A transição do Feudalismo para o capitalismo: um debate*. SWEEZY, P. et. al. 5 ed. Trad. I. Didonnet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. 247 p.

VACCA, G. Togliatti e Gramsci. In AGGIO, A.; HENRIQUES, L. S.; VACCA, G. (eds.) *Gramsci no seu tempo*. Brasília: Fund. Astrogildo Pereira/Rio de Janeiro: Contraponto, 2010. 416 p.

WOOD, E. M. *A origem do capitalismo*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. 143 p.

© Copyright Marcos Aurélio da Silva, 2016.

© Copyright *Biblio3W*, 2016.

Ficha bibliográfica:

SILVA, Marcos Aurélio. FES: Transições, vias de desenvolvimento e questões territoriais: uma abordagem a partir de Antonio Gramsci. *Biblio 3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 5 de junio de 2016, Vol. XXI, nº 1161. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1161.pdf>>. [ISSN 1138-9796].